DECLARAÇÃO

(Anexo III do Edital SRRF09 nº 1/2024)

Eu,_____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº_____, inscrito(a) no CPF/MF nº_____, representante legal da_____, CNPJ nº_____, residente e domiciliado(a) à rua_____, nº_____, bairro _____– cidade_____, declaro sob as penas da Lei, que:

Interessado:	CNPJ:

DECLARO, sob as penas da lei, para fins de obtenção de doação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal do Brasil, que:

I. Os dirigentes da entidade têm ciência de que é vedada a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas;

II. A entidade está regularmente constituída;

III. A entidade e seus dirigentes não tiveram as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco)anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

IV. A entidade e seus dirigentes não se encontram punidos com as seguintes sanções:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

V. A entidade não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VI. A entidade não tem entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I a III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.”

Local e Data:	
Representante legal: Nome: CPF:	Assinatura: (Igual ao documento de identificação apresentado)